

ACOMPANHE NESTA SEÇÃO

Por uma antropologia da criança

Por Renato Sztutman. É doutorando em antropologia social pela USP e co-editor da revista "Sexta Feira".

Obra de Clarice Cohn defende que proposições infantis têm muito a ensinar sobre o pensamento adulto.

O livro: “Antropologia da criança”, de Clarice Cohn. Jorge Zahar Editor.

RESENHA DO TEXTO:

Em seus primórdios, que remontam a meados do século XIX, a antropologia engajava-se na busca de uma “infância da humanidade”. Guiados por pressupostos evolucionistas, os antropólogos partiam ao encontro das assim chamadas “sociedades primitivas”, passando, alguns deles, a compará-las às crianças, uma vez situadas em estágios supostamente iniciais (e “inocentes”) de um ciclo de desenvolvimento inescapável, que não era individual, mas sim coletivo. Esses argumentos, vale lembrar, eram recuperados por Freud em “Totem e tabu” (1913).

Claude Lévi-Strauss desmontou essas associações estapafúrdias, atentando, já nos primeiros capítulos de “As estruturas elementares do parentesco” (1949), para o fato de que os “primitivos” são, sim, dotados de um pensamento racional e lógico, um pensamento propriamente adulto.

Baseado em pesquisas de psicologia cognitiva e do desenvolvimento de sua época, Lévi-Strauss lembra também que, se todas as sociedades distinguem crianças de adultos, relegando as primeiras a uma condição de incompletude, isso não significa que as crianças sejam incapazes de elaborar sínteses e reflexões, pois seu pensamento, longe de se reduzir a uma “tabula rasa”, subordina-se às mesmas exigências e formas fundamentais do pensamento adulto. No entanto, no afã de afirmar o caráter adulto do pensamento e das práticas indígenas, o autor acabou por deixar de lado a questão da criança contentando-se em apontar nela a coexistência de múltiplas estruturas, a possibilidade de agregar muitos universos de sentido.

De modo geral, o tema da criança sempre causou certo incômodo para a antropologia. Por esbarrar em problemas que dizem respeito a mecanismos cognitivos e ciclos de desenvolvimento supostamente universais, este assunto foi muitas vezes deixado para a psicologia e para as ciências da educação. Um pequeno livro recém-lançado, “Antropologia da criança”, de Clarice Cohn, chegou, no entanto, para questionar essa opção, demonstrando, a partir de um balanço da literatura disponível, que é possível não apenas empreender uma nova abordagem antropológica sobre a criança, mas também reencontrar, em diversos momentos da história da disciplina, reflexões

reveladoras sobre o tema.

Visões da antropologia

Uma das questões enfrentadas pela autora, que procura dialogar com um público bastante amplo, diz respeito à natureza de uma abordagem antropológica sobre a criança e às vantagens que esta pode oferecer em relação a outras abordagens, por exemplo, psicológicas.

Cohn sustenta, antes de tudo, que uma investigação antropológica do tema deve ter em mente que as concepções do que vem a ser criança, desenvolvimento e capacidade de aprender não podem ser dissociadas do contexto sociocultural e histórico de onde provêm. Baseada no estudo clássico de Philippe Ariès, “A criança e a vida familiar no Antigo Regime”, Cohn ressalta que a infância -o “sentimento de infância”- deve ser tomada como um modo particular de pensar a criança, comum na sociedade ocidental contemporânea, mas não à sociedade de corte setecentista e muito menos a um grande número de populações do passado e do presente.

Cohn toma a abordagem antropológica em termos alargados.

Em primeiro lugar, sinaliza que a antropologia não deve ser reduzida unicamente ao seu método canônico, a pesquisa de campo e a observação participante, como propostos por Bronislaw Malinowski. Ela pode também se valer de fontes históricas, que permitem decifrar os modos de vida dos povos do passado. Cohn evidencia, além disso, que a antropologia não implica apenas o estudo de outros povos, mas pode falar de “nós mesmos”, desde que se mostre capaz de desconfiar de noções enraizadas ou mesmo naturalizadas, como o próprio “sentimento de infância”. Em suma, o que a autora supõe como propriamente antropológico é essa tarefa de desvendar contextos socioculturais e históricos, o que exige o flerte com a história e a sociologia.

Em seu percurso pela história da antropologia, a autora nos apresenta, primeiramente, às posições da escola culturalista norte-americana e da escola estrutural-funcionalista britânica. Para ela, tanto a noção de “personalidade padrão”, abraçada pelos culturalistas, como a de “socialização”, defendida pelos funcionalistas, perdem de vista o lugar da criança como ator social, ou seja, como produtor de significados e não apenas suporte para a modelagem pela cultura ou pela sociedade, ambas tomadas como totalidades definitivas e acabadas, simplesmente reproduzíveis.

Cohn se aproxima, ainda que de modo inconfessado, do legado de Marcel Mauss, quando sustenta que, para compreender o que vem a ser uma criança (e, por conseguinte, um adulto), é antes preciso compreender, para a sociedade em que se estuda, o que vem a ser uma pessoa. Este ponto se torna bastante claro quando a autora apresenta, de modo muito sucinto, sua experiência com os Kayapó Xikrin (Pará).

Ela aponta, entre eles, diferentes processos que atuam na fabricação da pessoa, e que vão desde a intensa atividade sexual no período da gestação (necessária, segundo os Xikrin, para a constituição do bebê) até os cuidados para que a alma não se desprenda do corpo (o que acarretaria a morte), passando também pelas práticas de nomeação.

Para os Xikrin, que levam a sério a divisão dos indivíduos por categorias de idade, feitas visíveis com a pintura e na ornamentação corporal, o que define um adulto propriamente dito é o fato de ele possuir filhos. Antes disso, um indivíduo permanece criança, ser incompleto que pode tudo, mas que ainda não é.

Do ponto de vista da criança

Cohn passa, de maneira nem sempre mediada, de análises que privilegiam o ponto de vista dos adultos sobre as crianças para outras que buscam apreender o ponto de vista das próprias crianças. Nessas últimas análises, a criança seria deslocada da condição de objeto de uma reflexão nativa para a de sujeito de sua própria ação e reflexão.

A criança, evidencia a autora, atua na criação de relações sociais e nos processos de aprendizagem e produção de conhecimento. A partir de sua interação com outras crianças -por exemplo, por meio de brincadeiras e jogos- ou com os adultos, elas acabam por constituir seus próprios papéis e identidades. Para dar sustentação a essas idéias, Cohn passeia por diversos exemplos. Entre os já mencionados Xikrin, ela sugere que a aprendizagem se dá na observação cotidiana das atividades dos adultos por meio de um aguçamento de sentidos, como a visão e a audição. Entre os Saramaká do Suriname, grupo quilombola estudado por Richard Price, ela destaca uma forma “fragmentada” de transmissão de conhecimento, que exige das crianças que elas produzam suas próprias sínteses. Entre os meninos de rua da cidade de São Paulo, retratados em um livro de Maria Filomena Gregori, ela aponta a configuração, na experiência da constante circulação pelo espaço urbano, de um conjunto particular de regras e códigos.

O grande desafio para uma antropologia da criança, como indicado neste livro, consiste em como apreender o ponto de vista dela sobre a realidade social. Se concordamos com Malinowski que a antropologia deve reconstituir os processos sociais a partir do ponto de vista do “nativo”, seja ele quem for, o que se deve fazer quando o “nativo” não é um “outro” adulto, mas uma criança? Não basta, assim, pensar como os adultos de uma dada sociedade pensam as crianças, mas, diferentemente, como as crianças pensam a si mesmas e, o que pode ser ainda mais interessante, o mundo dos adultos. Nessa direção, Clarice Cohn sugere: “A criança não sabe menos, ela sabe outra coisa”.

Com relação a esse desafio, Cohn confere destaque especial às reflexões da antropóloga britânica Christine Toren sobre as crianças em Fiji. Toren, que possui formação em psicologia, combina técnicas de pesquisa dessa disciplina, como as análises de desenhos temáticos, que perseguem mecanismos cognitivos, a técnicas de pesquisa em antropologia, como a famosa observação participante.

Toren conclui que, numa sociedade fortemente pautada por critérios hierárquicos, as crianças muitas vezes invertem as proposições dos adultos, tomando as causas da hierarquia como seus efeitos, e vice-versa. Isso não significa, contudo, que elas não compartilhem o mesmo sistema simbólico ou que não compreendam o significado de suas mensagens. As crianças fijianas explicitam o que os adultos sabem, mas não

conseguem expressar, talvez por sentirem vergonha. Disso decorre que tomar o ponto de vista das crianças pode ser importante não apenas para apreender o modo como elas pensam o mundo e a si mesmas, mas também como pensam os adultos, mesmo quando, para eles, o pensamento delas parece impensável.

É preciso, como lembrava Lévi-Strauss em “As estruturas elementares”, atentar não apenas para as diferenças, mas para as semelhanças entre adultos e crianças ou, como sinaliza Clarice Cohn, promover a comunicação entre esses dois mundos que, na nossa sociedade, sobretudo, são concebidos como demasiadamente descontínuos. As proposições infantis, por absurdas que possam parecer, têm muito a ensinar sobre o pensamento adulto, tanto em suas propriedades cognitivas mais gerais como em seus aspectos mais particulares. Esse interesse pelo ponto de vista da criança, fruto de uma inversão analítica, parece-me certamente o traço mais forte da síntese oferecida em boa hora por Cohn. Anuncia-se, assim, um desafio teórico e metodológico, ainda pouco explorado, que poderá ser perseguido em pesquisas futuras.

Gostaria de encerrar essa resenha com outra metáfora, não mais do “primitivo”, mas do antropólogo como criança, metáfora empregada pelo norte-americano Anthony Seeger para se referir às suas primeiras pesquisas de campo entre os Suyá, do Parque Indígena do Xingu (Mato Grosso). Para Seeger, todo antropólogo em contato com uma população estranha, deve abrir-se para um novo processo –criativo- de aprendizagem. Isso não significa desfazer-se de toda a sua bagagem cultural, o que seria improvável ou mesmo absurdo, mas se deixar invadir pela possibilidade de outros modos de pensar e de agir. Temos, antropólogos ou não, muito o que aprender com as crianças -com as nossas e com as dos outros.